

# NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a Antropolítica. Revista Contemporânea de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta seu número 56.1, neste primeiro quadrimestre de 2024.

Nesta edição, publicamos dois Dossiês, dando continuidade a uma iniciativa que visa ampliar e diversificar os temas e instituições, envolvidos no processo de publicação na Revista.

O primeiro dossiê tem como título **“Dinâmicas, Fluxos e Representações do crime e da Justiça Penal”** e foi proposto e organizado pelas professoras Jacqueline Sinhoretto (UFSCar), Kátia Sento Sé Mello (UFRJ) e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (PUCRS). A proposta resulta de anos de trabalho conjunto entre os pesquisadores proponentes, associados ao Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC/UFF), e tem como objetivo reunir produções acadêmicas que discutam processos envolvendo o controle do crime, a justiça criminal e a seletividade penal. Assim, composto por seis artigos, além da apresentação assinada pelos organizadores, o dossiê apresenta etnografias e pesquisas empíricas que permitem refletir sobre formas de controle social, lógicas de administração de conflitos e moralidades envolvidas nesses processos, nos diferentes contextos sociais e institucionais estudados.

O segundo dossiê intitula-se **“Entre a tradição e a inovação”: tensões e negociações entre as categorias religião, secular e patrimônio em contextos lusófonos**. Foi proposto e organizado pelos professores Clara Saraiva (Universidade de Lisboa) e Bruno Ferraz Bartel (UFPI), com o objetivo de reunir artigos de natureza etnográfica interessados nas conexões, confluências e justaposições entre as categorias religião, secular e sagrado. Além de apresentação, o dossiê é composto por quatro artigos, que permitem refletir, conforme apontado pelos organizadores, processos pelos quais categorias tais como religião e secular não estão separadas, mas participam conjuntamente dos processos de sacralização e dessacralização de empreendimentos patrimoniais.

Além desses dois debates temáticos, o presente número da Antropolítica traz oito artigos com temática livre, oriundos do fluxo contínuo da revista, e um artigo na seção “Trajetórias e Perspectivas”. Por fim, incluímos também uma resenha de um livro da área.

A seção de Artigos inicia com o trabalho **“El derecho de vivir en paz”: ações de uma antropologia cidadã em contextos de disputas entre projetos de desenvolvimento**, de Cristiane Tavares Feijó (UFRGS) e Daniel Vaz Lima (UFPEL). O artigo se desenvolve no contexto

dos debates sobre a privatização e a privação dos frágeis (agro)ecossistemas brasileiros, da perspectiva da mercantilização da vida e tem como objetivo refletir sobre as “práticas cidadãs” dos próprios pesquisadores em duas situações etnográficas vividas nesse contexto.

O artigo seguinte, de Alice Agnes Spíndola Mota (Universidade de Aveiro, Portugal) intitula-se **Infrapolítica no quilombo de Mumbuca, no Tocantins: negociação e resistência no processo de elaboração de um termo de ajustamento de conduta**. Através de observação participante desenvolvida há mais de uma década e de pesquisa bibliográfica, o artigo apresenta uma perspectiva infrapolítica da negociação entre os mumbuquenses e representantes dos órgãos ambientais de proteção ao Parque Estadual do Jalapão e se propõe a discutir as opiniões das partes a partir de discursos públicos e ocultos. Evidenciando a organização política e a resistência da comunidade quilombola de Mumbuca, o trabalho explora ainda perspectivas ambientais e indica detalhes da complexidade e da morosidade dos processos de reconhecimento e demarcação das terras quilombolas.

Em seguida, o artigo **Morte e luta, silêncio e voz: o caso do assassinato do guardião indígena Paulo Paulino Guajajara, no Maranhão**, de Leandro Araújo da Silva (UFMA), analisa o caso do assassinato do guardião da floresta na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão, bem como seu contexto e os desdobramentos na atuação do movimento indígena. A partir dessa análise, discute-se o contexto etnográfico em questão como um espaço em que a colonialidade/modernidade desconsiderou as experiências e histórias locais de povos e comunidades, e, ao mesmo tempo, como um espaço de decolonialidade, de enunciação de experiências que não têm lugar na lógica de modernidade lançada sobre esse espaço, seus recursos e povos.

Em uma outra ordem de discussões, o artigo **“Eu te passo o que eu tenho, se você tiver estômago para ler”**: reflexões sobre continuidades e disputas entre relatos e autos em um caso de violência doméstica, de Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro (UnB), apresenta uma análise etnográfica de um caso de violência doméstica, combinando relatos de uma interlocutora com uma etnografia de documentos produzidos na Delegacia de Mulheres, no Instituto Médico Legal e pelo Poder Judiciário. A partir dessa análise, expõem-se duas versões sobre o mesmo acontecimento: a da vítima e a dos documentos oficiais, demonstrando como o discurso do Estado é imbuído do poder de produção de verdade, em detrimento da palavra da vítimas.

A seguir, o artigo **Entre o local e o global: as redes de parcerias e a constituição da visibilidade religiosa na Igreja da Comunidade Metropolitana do Rio de Janeiro (ICM-Rio)**, de Pedro Costa Azevedo (SEDUC-RJ), analisa a circulação de representantes religiosos, imagens e ideias ligadas à ICM nos EUA, focando nas atividades desenvolvidas na filial

carioca, no período de 2019. A partir dessa análise, o autor mostra a manutenção de relações transnacionais que possibilitam a criação de uma agenda de medidas e estratégias comuns de atuação religiosa. Da mesma forma, o material em análise evidencia um ativismo político na ICM-Rio atrelado às questões de gênero, sexualidade e étnico-raciais, através do enfrentamento ao HIV-Aids e de práticas antirracistas.

Seguindo na seção, apresentamos o ensaio **(Re)traçar a teoria ator-rede: um ensaio teórico-epistêmico-metodológico sobre lacunas e limitações**, de André Guimarães (UFBA). Com ênfase na questão ontológica e na polarização discursiva entre as correntes de pensamento semiótica e estruturalista, neste artigo o autor problematiza a Teoria Ator- Rede (TAR) a partir de críticas globais de outros autores e discute outros termos e formas exploratórias que visam à expansão da TAR, na vertente da performatividade e outras alternativas.

De coautoria de Jaqueline Ferreira e Stephania Klujsza, ambas antropólogas do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (UFRJ), segue-se o artigo **Mulheres, médicos, ativismo e Estado: a produção da violência obstétrica**. As autoras apresentam as controvérsias existentes em torno da produção do conceito de violência obstétrica e os conflitos derivados entre os campos médico, político, jurídico e das ativistas dos movimentos sociais em prol dos direitos reprodutivos das mulheres. Especificamente, o artigo aborda o debate entre entidades médicas e ativistas do parto humanizado, no contexto da gestão presidencial dos anos 2019 a 2022. Por fim, propõe a necessidade de uma discussão ampla que propicie a garantia dos direitos reprodutivos e as condições adequadas para o trabalho de obstetras para que a assistência ao parto se concretize de forma digna.

Por fim, o último artigo da seção **O preço da estimação: um estudo de despesas veterinárias como elementos de valorização da existência de animais de companhia**, de Alexandre Werneck (UFRJ) e Ana Paula Perrota (UFRRJ), busca compreender a maneira como se efetiva o valor da existência dos chamados “animais de companhia” ou “de estimação” a partir da relação entre essa existência e o dinheiro. Com base na análise contrastiva de dois casos representativos de uma pesquisa sobre tratamentos veterinários considerados dispendiosos por “donos”, “tutores”, “humanos”, “pais” de “pets”, os autores discutem como despesas com a preservação da vida se tornam ao mesmo tempo índices da valorização dessas vidas e um desafio moral ligado a uma relação de hostilização com o econômico – por meio da transfiguração de valores quantitativos em signos qualitativos.

Após os artigos livres, segue a seção **Trajетórias e Perspectivas**. A mesma tem como objetivo a publicação de artigos e ensaios que abordem reflexões sobre o fazer antropológico, a partir das experiências e trajetórias de antropólogos brasileiros e estrangeiros, bem como do

histórico de constituição e/ou consolidação de áreas ou campos de pesquisa no Brasil e em outros países. Neste número, publicamos, o artigo **Metamorfosis de la autoridad y ‘gobierno por estándares’: aportes de la sociología pragmática de las grandezas, las convenciones y los involucramientos**, de autoria de Laurent Thévenot (EHESS), traduzido por Gabriel Nardacchione (UBA). O artigo analisa o funcionamento de um novo “governo por padrões” transnacional, cuja autoridade vai além da dos estados-nação e se estende aos mais diversos campos, desde o agroambiente até o desenvolvimento urbano, a educação e a política. A partir dessa discussão, o artigo explora os desdobramentos da sociologia pragmática de convenções compartilhadas e compromissos pessoais, e demonstra que o governo por padrões amplia a gramática liberal dos bens comuns, que se baseia no formato de indivíduos autônomos que escolhem entre opções conhecidas por todos.

Por fim, o número 56.1 da Antropolítica traz a resenha do livro **Virando Estado: subjetividade, conhecimento e poder em concursos públicos no Brasil**, do antropólogo Bóris Maia (UFRJ), publicado pela EdUFF e pela Autografia, em 2022. A resenha, intitulada **Estado, aprendizado e subjetividade no “mundo dos concursos”**, foi elaborada por Leonardo Francisco de Azevedo (UFRJ). Nela, apresenta a pesquisa desenvolvida pelo autor do livro, dedicada a compreender o mundo dos concursos a partir de um trabalho de campo realizado em cursinhos preparatórios nas cidades de Niterói e do Rio de Janeiro. Oriundo da tese de doutorado defendida por Maia no PPGA/UFF em 2019, o livro explora as diferentes dimensões contidas nesse processo de aprendizado através do qual apreendem-se as lógicas e valores do serviço público, em um processo denominado pelo autor de “sujeição burocrática”.

Em relação à capa do número, seguindo a proposta de publicação de dois dossiês, optamos por reproduzir as escolhas dos respectivos organizadores. Em relação ao dossiê “Dinâmicas, Fluxos e Representações do crime e da Justiça Penal”, a imagem intitula-se *As Mulatas*. Trata-se de uma tela de Di Cavalcanti, com as marcas da vandalização no dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília, de autoria não identificada. O conceito proposto pelos organizadores do dossiê é relacionar a imagem com os ataques à institucionalidade democrática, que por sua vez se relaciona com o conteúdo de alguns dos artigos publicados no dossiê.

Já a imagem que ilustra o segundo dossiê, intitula-se *Castle in sintra cascais surrounded by greenery under the sunlight and a blue sky in Portugal* e é de autoria não especificada em banco público de imagens. Segundo explicam os organizadores do dossiê, no ano de 1838, o rei D. Fernando II comprou o antigo convento dos monges Jerónimos de Nossa Senhora da Pena, localizado no cume da Serra de Sintra. Este convento foi construído em 1511 pelo rei D. Manuel I e estava abandonado desde 1834, quando as ordens religiosas foram extintas. Sua arquitetura emblemática se destaca como um símbolo do movimento Romântico em Portugal no século XIX. Em 1910, o Palácio da Pena recebeu o título de Monumento Nacional e é parte essencial da Paisagem Cultural de Sintra, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio

Mundial da Humanidade desde 1995. Sua história local, é contada em diversas fontes, como livros, guias turísticos e museus, explorando momentos cruciais de ocupação territorial que se entrelaçam com as características “místicas” e religiosas da Serra de Sintra.

Para finalizar, lembramos a nossos/as leitores/as que continuamos a receber submissões de interesse para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, em regime de fluxo contínuo, através do site <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica>, no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações. Mantemos o nosso e-mail ([antropoliticauff@gmail.com](mailto:antropoliticauff@gmail.com)) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar nossas notícias também através do perfil do Facebook, Instagram ([@antropoliticauff](#)) e no Twitter ([@RAntropolitica](#)).

Boa leitura!